

A FLECHA E O ALVO: Os cursos de Jaime Cortesão no Itamaraty e no Instituto Rio Branco e a fabricação do Barão do Rio Branco por meio da cartografia

Eu prepararei a flecha e depois passá-la-ei a outras mãos válidas e moças, para que elas desfechem o tiro, para que possam acertar no alvo, que eu depois não posso atingir – Jaime Cortesão, Curso de Mapoteconomia, 1944. (OLIVEIRA, 2010b).

RENATO AMADO PEIXOTO*

Esta comunicação coloca de um modo sucinto os resultados de minha pesquisa acerca da construção da História da Cartografia Brasileira, empreendida por Jaime Cortesão por meio dos cursos lecionados no Ministério das Relações Exteriores durante os anos de 1944 e 1945, e pretende demonstrar a importância estratégica dessa construção para a recomposição da posição do Estado brasileiro no jogo das relações internacionais; para a reelaboração da relação com as unidades estaduais federadas; e para o resgate historiográfico do papel dos diplomatas na organização da Nação e do Estado. No encaminhamento deste raciocínio entendo que a metodização dos conteúdos e do ensino da História da Cartografia Brasileira formalizou uma narrativa e uma pedagogia geográfica e histórica da formação do território nacional. Proponho também que esta narrativa já vinha sendo elaborada desde a década de 1930, num circuito intelectual composto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Ministério das Relações Exteriores. Compreendo ainda que nesse circuito intelectual cuidava-se de produzir um saber acerca do espaço, sua linguagem e seus usos que, enfeixados numa disciplina, a Geopolítica Brasileira, ascendeu em importância a partir das tensões que acompanharam a separação entre a Geografia e a História na academia brasileira durante a década de 1940.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Desde logo, é necessário colocar que é a partir dessa mesma década que a cartografia começa a ganhar independência na academia, a partir da centralidade adquirida pelo planejamento nas políticas de Estado, com as grandes transformações dos transportes civis e com a crescente mobilidade dos meios militares. Grosso modo, podemos apontar que a utilização dos mapas como instrumento de pedagogia, de propaganda ou de análise teve um grande incremento porque sua linguagem foi homogeneizada e tornada acessível a um grande público, ao mesmo tempo em que usufruía da credibilidade de estar ancorada no princípio de cientificidade que lhe era garantido pela aplicação de uma grade matemática tecnicamente consagrada e pela utilização de registros geográficos dados como exatos.

Os geógrafos e historiadores passaram então a ler os mapas literalmente enquanto ‘vistas do mundo’, retratos a partir dos quais se poderia resgatar e compreender as aproximações feitas pela cultura europeia sobre um recorte do globo num certo período de tempo. Os mapas tornaram-se, por conseguinte, documentos por meio dos quais se podiam traçar o surgimento e a ascensão da civilização. Essa foi a aproximação que se consolidou no século XIX e que perpetuava os propósitos Iluministas – estudar os mapas como repositórios do conhecimento e como marcos do progresso alcançado pela Civilização. Cabia, doravante, este exame à História da Cartografia e sua metodologia básica era a listagem cartobibliográfica dos mapas por regiões e em ordem cronológica, de modo a se inferir tanto o crescimento do conhecimento geográfico quanto da marcha da civilização (EDNEY, 2012).

Neste ponto é necessário fazer notar nossa posição: entendemos que a cartografia e seus mapas não são um empreendimento monolítico e em progresso constante. Além disto, entendemos que não existe uma cartografia, mas vários modos cartográficos que convivem entre si na maioria das vezes, cada um deles devendo ser investigado a partir de relações culturais, sociais, políticas e intelectuais que devem ser compreendidas em seu confluxo e na cena do debate que daí se instrui (PEIXOTO, 2011b e 2011c; EDNEY, 1993, 2005, 2008 e 2011).

Continuando nosso raciocínio acerca da cartografia da década de 1940, não apenas esta ainda não estava sistematizada academicamente, mas também a história da cartografia sofria a mesma sorte, que somente seria alterada na década de 1960. Por conseguinte, nosso objeto de estudo, os cursos de ‘Mapoteconomia’ e ‘Cartografia Política do Brasil’, lecionados no Ministério das Relações Exteriores respectivamente em 1944 e 1945, foram não apenas a primeira iniciativa de metodizar a História da Cartografia brasileira mas também uma das primeiras tentativas no mundo de sistematizar o ensino de História da Cartografia. Este ponto ganha uma dimensão especial e particular na medida em que, se buscava organizar o Instituto Rio Branco em 1945 como uma instituição de ensino superior voltada para a pesquisa, a formação continuada de diplomatas e também para a instrução de outros funcionários públicos. Isto se dava no período mesmo em que a geografia procurava se distanciar da história, contudo, sem abrir mão de refletir sobre os conteúdos e pressupostos históricos. No sentido de se distanciarem dos historiadores, aquilo que os geógrafos definiam então por geopolítica era definido como o modelo teórico da aproximação com os pressupostos e conteúdos históricos e a cartologia como um método para o qual os mapas serviam de documentos, cartas de endosso, que permitiam transferir a propriedade de seus títulos ao Estado.

De modo a adequar nossa análise ao formato desta comunicação, não examinaremos os cursos lecionados por Cortesão no Ministério das Relações Exteriores, mas focaremos nos seus pressupostos e antecedentes, na medida em que pretendemos aqui descortinar *uma função* da História da Cartografia brasileira fundada por Jaime Cortesão e deixar apontadas as suas consequências.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS CURSOS DE JAIME CORTESÃO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Apenas dois pesquisadores, o estadunidense Robert Henry Moser e o português Francisco Roque de Oliveira dão conta dos cursos de História da Cartografia de Jaime

Cortesão e, embora estes procurem tornar patente a articulação existente entre os planos dos cursos, a narrativa geral da história e a geopolítica, seus esforços buscam também colocar, por meio da análise dos conteúdos lecionados, a inserção de Jaime Cortesão numa escola cartográfica lusitana que vinha se desenvolvendo desde o XVIII, demonstrando a relevância dessa escola para a geografia brasileira e para a cartografia mundial.

O mais antigo destes trabalhos foi desenvolvido por Robert Henry Moser, especialista em estudos luso-brasileiros, e aponta que o relacionamento de Cortesão com o Ministério das Relações Exteriores teria se iniciado em 1942 com o convite para a criação do primeiro atlas histórico brasileiro, mas ressalva que essa colaboração somente se tornaria contínua a partir de 1944, depois das partes terem assinado o contrato para a organização da mapoteca do Itamaraty. A partir dessa atividade é que teria surgido a oportunidade de Cortesão lecionar um curso sobre a história da cartografia voltado para a formação dos diplomatas brasileiros. Segundo Moser, quando esse curso foi transferido em 1945 do Itamaraty para o recém-formado Instituto Rio Branco, teria havido uma transformação nos seus conteúdos, passando-se a relacionar a história da cartografia lusitana às circunstâncias políticas e aos atos de diplomacia que teriam ajudado a constituir os limites territoriais do Brasil no período colonial. Contudo, Moser notaria que, desde a primeira versão do curso, Cortesão já havia procurado costurar uma ligação do estudo dos mapas com a interpretação do processo geopolítico que teria ajudado na criação de cada um dos cursos (MOSER, 2000 e 2005).

Por sua vez, o geógrafo Francisco Roque de Oliveira, baseado nas reflexões de Moser, explica que as escolhas e tendências de Cortesão dever-se-iam à influência então exercida pela geopolítica sobre a geografia brasileira, especialmente tendo notado a participação ainda no programa do curso do Itamaraty daquele que reputava ser então um dos seus principais teóricos, Fernando Antônio Raja Gabaglia. Como Moser, Francisco de Oliveira notou as diferenças entre o curso de 1944 e o de 1945, observando que Cortesão passaria a dar uma ênfase muito maior ao Tratado de Madri e à cartografia dos limites de 1750, ao mesmo tempo salientando a importância atribuída ao tema da

ilha-Brasil. Estendendo seu exame também aos cursos lecionados entre 1946 e 1950, Oliveira concluiu que as grandes obras de Cortesão, especialmente aquelas dedicadas a Alexandre de Gusmão e a Raposo Tavares, teriam sido delineadas neste período para depois serem desenvolvidas, com a ajuda de colaboradores, em vários institutos nacionais e estrangeiros, notadamente em Portugal, ressaltando ter sido crucial o apoio recebido do Instituto Rio Branco para que esse esforço fosse realizado (OLIVEIRA, 2010a e 2010b).

No segundo ponto a ser considerado nesta análise, pode-se reparar que ambos Moser e Oliveira desenvolveram ou divulgaram seus trabalhos a partir de instituições responsáveis ou pela guarda da memória nacional (a Biblioteca Nacional de Portugal) ou por meio de instituições que abrigavam projetos que cuidavam de estudar a influência da cultura lusitana a partir da geografia (o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa). Provavelmente por conta dessa inserção institucional, os resultados de suas pesquisas buscam apontar a originalidade e o pioneirismo de Jaime Cortesão, tanto na abordagem da história brasileira quanto no trato da história da cartografia, assim como destacam a relevância dos insumos da ciência, da cultura e da presença portuguesa no Brasil, tudo isto personificado na figura do próprio Cortesão.

Salienta-se que a presença de Jaime Cortesão sintetizou a existência de uma “terceira missão”, caracterizada pela atuação de alguns portugueses a partir de lugares estratégicos e que esta seria capaz de se equiparar à influência das missões francesas que haviam sido destinadas à construção da geografia universitária no Brasil. Procura-se, assim, apontar que os cursos no Instituto Rio Branco não apenas originaram as principais obras de Jaime Cortesão no Brasil, mas que estas foram fundamentais para se compreender a marcação dos limites e a extensão do território nacional. Do mesmo modo, se evidencia que a contribuição de Cortesão para a geopolítica brasileira foi singular, por conta de ter construído uma ampla teoria sobre a formação das nossas fronteiras.

Nesse raciocínio, enfatiza-se a importância de Jaime Cortesão para o conhecimento do pensamento geográfico que sustentou a cartografia brasileira antiga e,

seria nesse âmbito, que se teriam aberto suas possibilidades de reflexão, dentre as quais o pressuposto de que a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, a ilha-Brasil, que condicionou a exploração e a aquisição de território. Em consequência, segundo Oliveira:

“[...] o sentido da obra de Cortesão sobre a investigação cartográfica realizada por Portugal da então Colônia edificou uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil, que em meados do século XX, quando Cortesão esteve por aqui, voltava com força para o cenário político do país, frente à necessidade de consolidação da nação e da integração do território nacional daquele período” (MACHADO, 2010).

Por conseguinte, entendo que os trabalhos de Moser e de Oliveira se igualam no esforço de sustentar uma ideia de progresso da cartografia portuguesa em que as atividades de Cortesão no Brasil o inserem simultaneamente enquanto herdeiro e inventor nesta tradição, cuja linhagem haveria se iniciado ainda no século XVIII. Inclusive, a tarefa principal de Cortesão fora a de construir uma genealogia da cartografia brasileira coerente com a obra de seus predecessores lusitanos, elaborando-a por meio do método inovador da ‘biobibliografia’ que fora fundado por seu irmão Armando Cortesão. Com isto, Jaime Cortesão reuniu a cartografia brasileira a um esforço de leitura e interpretação que metódica e conceitualmente passou a se juntar ao esforço maior de leitura e interpretação dos mapas e experiências que reúne a América à Ibéria (OLIVEIRA, 2012).

Por conseguinte, entendo que o argumento da ideia de progresso da cartografia portuguesa e de sua inserção numa cartografia ibérica e europeia é conduzido a partir da formulação de que Jaime Cortesão não apenas foi o inventor do estudo sistemático da história da cartografia, mas também o introdutor e o desenvolvedor de um saber geográfico que oriundo de Portugal impele à reorganização da reflexão sobre a Nação e a identidade brasileiras. Compreendo também que a geopolítica serve mais ao desenvolvimento desse argumento do que a uma interpretação dos cursos, como seria de se esperar, pois ora é trabalhada como um fator incidental, explicando a transformação do programa do curso do Itamaraty para o curso do Instituto Rio Branco, ora funciona

como um endosso da genialidade de Cortesão, como é o caso das considerações feitas em relação ao livro 'Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri' (OLIVEIRA 2010b).

O PROBLEMA DA COMPREENSÃO DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Reparando que os argumentos de Moser e de Oliveira baseiam-se na dupla função de Jaime Cortesão enquanto inventor de uma história da cartografia e de uma tese histórica sobre o espaço brasileiro, torna-se necessário buscar esclarecer os termos constituídos por Cortesão *em sua invenção*. Para este, a cartografia portuguesa esteve sempre à frente de seu tempo, fato que lhe permitia, por exemplo, explicar as falhas de seus mapas por conta da política de segredo do Estado português, que impedia os cartógrafos lusitanos de divulgar as informações consideradas então como confidenciais ou os impelia a deliberadamente registrar dados errados nos seus mapas. Paradoxalmente, o Estado e os seus agentes sonegavam informações ou falseavam o conhecimento geográfico por conta de possuírem um conhecimento do território e uma compreensão do espaço superior às de seus concorrentes. O estudo dos mapas incluiria, portanto, compreender a relação do ato de mapear com a ação do Estado, daí o porquê de Cortesão nomear esse intelectual como *cartólogo*, pois, operando ao lado do cartógrafo, cabia ao cartólogo pensar nos mesmos limites tanto a exatidão como a inexistência dos mapas. O estudo dos mapas serviria, por conseguinte, tanto para pensar a ação do Estado quanto para comprovar que sempre existiu um sentido geopolítico na atuação do Estado e dos agentes lusitanos o qual se transsubstanciaria mesmo noutra unidade política: o Brasil.

Por conseguinte, Cortesão instruiria a possibilidade de uma ligadura entre o político, o social e o ato de mapear que era operada pela geopolítica *avant la lettre* e para a qual os mapas serviriam como *documenta*. Esta possibilidade de substituição do histórico pelo geopolítico é que levaria à afirmação dos temas centrais nas obras de Jaime Cortesão, tais como a intencionalidade do Descobrimento; o direcionamento precoce da penetração e ocupação do território norteada pelos mapas e pelo

conhecimento indígena; a Ilha-Brasil; a atuação privilegiada de certos agentes do Estado na definição do território, da Nação e da identidade; etc.

Por conseguinte, o argumento que embasa a historiografia sobre os cursos de Cortesão não apenas leva em conta um argumento em que o geográfico se superpõe e condiciona o histórico (uma *geo-política*), mas, a partir da incorporação dos termos de Cortesão o esforço brasileiro fica subordinado a uma história de Portugal e à cartografia portuguesa (uma *geo-política*), afastando as possibilidades de se perscrutar um saber sobre o espaço nacional que se coloca historicamente, de resto, um procedimento metódico que será seguido também por vários geógrafos e historiadores brasileiros após 1945, com a diferença de que nesses casos a invenção de Cortesão, de tão disseminada, pouco é reconhecida em sua autoria.

Este raciocínio nos leva a um terceiro ponto a ser considerado: se tanto a historiografia portuguesa quanto a historiografia brasileira se afastam de considerar um saber sobre o espaço e um sentido para a cartografia brasileira, poderíamos entender esse afastamento a partir da sua diferença, a costura do espaço brasileiro? Se pensarmos essa diferença como a substituição do histórico pelo geopolítico, poderíamos pensar uma história dessa diferença, desse *espaçamento*?

UMA LEITURA DO ESPAÇAMENTO DA GEOPOLÍTICA

O problema que se coloca é que a geopolítica de Jaime Cortesão não deve ser entendida apenas como uma reflexão das relações do político com o espaço, mas deve ser investigada enquanto enfronhada no confluxo entre as condições reflexivas tanto da geografia quanto da história portuguesa e brasileira, ao qual Cortesão estava vinculado (PEIXOTO, 2011c). É inclusive uma aproximação que se desvincula dos cursos do Itamaraty e da qual é possível remontar seus rastros pelo menos a 1922, ano em que Cortesão publica 'A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil', livro em que juntava sua hipótese da *intencionalidade* da descoberta do Brasil à ideia de

que se desenvolvia um “vasto plano nacional, metodicamente previsto e realizado” (CORTESÃO, 1922: 207).

Este raciocínio seria desenvolvido nas obras ‘Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses’ (CORTESÃO, 1940) e na ‘História da Expansão Portuguesa’, publicado em 1942 pelo Ministério das Colônias e da Educação Nacional português. Nesta última surgia pela primeira vez a ideia da Ilha-Brasil

“[...] graças à cultura geográfica dos tupis-guaranis, os primeiros colonizadores portugueses tiveram a vaga noção duma unidade geográfica brasileira [...] como uma gigantesca ilha [...] germe da consciência geopolítica” (BAIÃO, 1942: 125).

Por conseguinte, já em 1940-1941 estavam articulados por Cortesão praticamente todos os grandes temas por meio dos quais iria erigir suas principais obras brasileiras, à exceção de ‘Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid’ (CORTESÃO, 1950).

Um problema a parte, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri são estranhos aos interesses e ao empreendimento intelectual de Cortesão, conforme reconhece Paulo Franchetti, ao ponto de procurar interpretar Gusmão enquanto um *alter ego* de Jaime Cortesão (FRANCHETTI, 2001). Nossa chave de resposta para a compreensão de como Alexandre de Gusmão foi incorporado à produção de Cortesão nos permite também recolocar o problema da geopolítica, pois entendemos que o personagem “Alexandre de Gusmão” e o tema “Tratado de Madri” são um legado do saber sobre o espaço elaborado entre 1839 e 1841 pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros, o antecedente institucional do Ministério das Relações Exteriores (PEIXOTO, 2011a).

Em junho de 1942 o jornal carioca ‘A Manhã’ entrevistou Jaime Cortesão em meio a uma série de reportagens sobre Alexandre de Gusmão, o brasílico, como o periódico o cognominava. A entrevista de Cortesão sucede a de Rodrigo Otávio Langgaard de Meneses, diplomata e membro do IHGB, que defendia desde 1933, no âmbito do pan-americanismo, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e os demais países do continente. Na retrospectiva da comunhão de interesses dos países da América, Meneses havia encadeado a atuação de Alexandre de Gusmão com a de Simón

Bolívar e a de James Monroe, para enquadrá-los enquanto os inauguradores do pan-americanismo.

Por sua vez, Jaime Cortesão não só assinalou a “intuição genial do pan-americanismo” de Alexandre de Gusmão, mas o apontou como o precursor de James Monroe, o pai da diplomacia nacional e o precursor da geopolítica brasileira, esta última por conta de Gusmão ter orientado e estimulado a exploração geográfica dos sertões (A MANHÃ, 1942a e 1942b).

Assim, no período mesmo em que o Brasil entrava na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos e em que o Governo Vargas incentivava a marcha para o Oeste, Alexandre de Gusmão, protagonista da narrativa sobre o espaço nacional construída no século XIX, começou a ser juntado por Cortesão numa narrativa coerente com as suas várias hipóteses acerca dos Descobrimentos e da História da Expansão portuguesa.

Portanto, em 1942, já estavam alinhavados e desenvolvidos, pelo menos dois anos antes do começo do curso de Cortesão no Itamaraty, todas as referências e temas que seriam incluídos nas lições do ‘Curso de Mapoteconomia’, de 1944, e de ‘História da Cartografia Política do Brasil’, curso de 1945, e desenvolvidos nos vários livros patrocinados pelo Ministério das Relações Exteriores, o caso de ‘Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid’.

Contudo, como explicar o afastamento de uma geopolítica focada na expansão e na conquista lusitana, formulada por Cortesão nos primórdios de seu empreendimento intelectual, para uma geopolítica da formação do território nacional, que inclusive seria a denominação de ‘História da Formação Territorial do Brasil’ a partir de 1947?

Desde 1933, quando havia sido acertado entre o Brasil e a Argentina o Convênio para a revisão dos textos de história e geografia, o Ministério das Relações Exteriores vinha tentando constituir uma Comissão para organizar as bases a partir das quais o acerto entre os dois países seria colocado em prática. Em junho de 1936 esta Comissão, composta por Pedro Calmon, Affonso Taunay, Sousa Docca, Othelo Rosa, Raja Gabaglia, Jonathas Serrano e pelo próprio ministro Macedo Soares, decidiu, a partir das

discussões em torno do pan-americanismo, expurgar dos textos de ensino de história e geografia todos os tópicos que pudessem prevenir os brasileiros contra qualquer nação do continente. Visando-se a “aproximação pan-americana” dever-se-ia frisar as intenções pacifistas do Brasil e, doravante, dar maior ênfase à história econômica e ao desenvolvimento da riqueza dessas nações, bem como se estimular o estudo da História da Civilização Brasileira, mantendo “a proporção conveniente entre a história política, a econômica, a espiritual” de modo que não fosse prejudicada “a noção global de meio físico, povo, evolução e unidade do Brasil”. Finalmente, a Comissão mandou incluir as normas gerais então aprovadas no Plano Nacional de Educação, assim como aprovou a proposição que reconhecia ao poder público, na República e nos Estados, o direito de examinar os livros em uso ou a serem usados nos estabelecimentos de ensino, para o efeito de aprová-los ou não (MRE, 1936).

Sabendo que os cursos de Jaime Cortesão foram organizados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, em companhia e colaboração de Raja Gabaglia, um dos membros da Comissão, que Macedo Soares era presidente do IHGB, do IBGE e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, que uma Comissão verificadora dos textos funcionou a partir do MRE e que os conteúdos dos cursos incidiam exatamente sobre o que fora discutido, acreditamos que a linguagem geopolítica de Cortesão havia de ser modificada de modo a que se adaptasse às contingências de sua aplicação.

Pensando assim, devemos considerar as contribuições de Cortesão durante seu exílio no Brasil mais como uma *fabricação* do que uma invenção, fabricação esta que corresponderia tanto aos insumos e demandas do Estado brasileiro quanto aos interesses de Cortesão, conectados ao nacionalismo lusitano e aos esforços do Estado português.

OS CURSOS, PALESTRAS E CONFERÊNCIAS ANTERIORES A 1944

Foi justamente a partir de sua inserção na demanda apontada pela Comissão Revisora que Jaime Cortesão começou a desenvolver seu trabalho no Brasil, lecionando em 1941 cursos de extensão sobre a história da civilização portuguesa na Faculdade

Nacional de Filosofia, depois transformados em ‘Curso de História da Civilização brasileira nas suas relações com a História do Brasil’. Seria após iniciar esses cursos que se daria a primeira das filiações institucionais de Cortesão, com sua admissão à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, quando faria uma conferência intitulada ‘Relação entre a Geografia e a História do Brasil na constituição da Nação brasileira’ em que ressalta a influência dos fatores hidrográficos, geográficos e geopolíticos que determinaram a expansão do Brasil, focalizando a figura de Alexandre de Gusmão, “o primeiro diplomata do Brasil” e o “precursor do pan-americanismo”. Nesse sentido, podemos dizer que em 1941 Cortesão já havia fabricado o arcabouço a partir do qual a formação do território brasileiro era discernida a partir da geopolítica brasileira, explicando a história da nação como um processo de ocupação territorial inadiável e inevitável, movido e conduzido pelos condicionamentos impostos pelo espaço, orientado pela clarividência intelectual ou pela experiência telúrica de certos indivíduos, como um esforço paralelo ao dos diplomatas e à atividade de um Estado onipresente, para o qual os mapas serviam de instrumentos e como documentos.

Prova disso é que em 1943 na série de conferências intituladas ‘Como se esboçou o retrato do Brasil’, que inauguraram a exposição nomeada de ‘Cartografia Histórica do Brasil’, Cortesão explicava ser possível, a partir dos mapas guardados no Ministério das Relações Exteriores, descrever “o modelo” para entender a formação territorial do país – sintomaticamente, o próprio ministro Osvaldo Aranha, encerrou a conferência felicitando Cortesão, por “estar ensinando o Brasil aos próprios brasileiros” (JORNAL DO BRASIL, 1943). O Brasil foi então ensinado aos brasileiros por meio da apresentação de uma série de mapas cronologicamente assentados onde se mostrava a ação do Estado português junto aos naturais e aos elementos do território e para cuja compreensão concorria a explicitação do progresso da história da técnica cartográfica portuguesa.

O INSTITUTO RIO BRANCO

Contudo, não cabia apenas explicar o Brasil: era necessário também garantir a transmissão de sua pedagogia. O esforço para a implantação do Instituto Rio Branco, a casa que abrigaria os cursos de História da Cartografia, se dava justamente neste período, aproveitando a preparação para as comemorações do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco. Jorge Latour, presidente da Comissão organizadora das Comemorações, já havia proposto a criação em 1934 de um Instituto, então sem nome, que tivesse a missão de “formar ambiente e fazer escola”, cujos modelos seriam a instituição que Oswaldo Cruz constituíra em Manguinhos e o que Rio Branco havia feito, em parte, no Itamaraty (CHEIBUB, 1984). Jorge Latour, depois também encarregado da criação do CNPQ, propunha em 1945 um misto de escola para a formação de diplomatas e de um instituto superior encarregado não apenas da pesquisa, mas também da sua divulgação. Supunha-se, desde o início, que a atuação de Jaime Cortesão no Ministério cobriria justamente as três atribuições, no âmbito de um Curso Superior de Geografia, aberto não apenas aos diplomatas, mas também aos demais funcionários públicos e, fazendo companhia como professor, aos geógrafos e geopolíticos Fernando A. Raja Gabaglia e Everardo Backheuser.

No âmbito das Comemorações do nascimento de Rio Branco, o Instituto pensado por Jorge Latour nasceria como mais uma homenagem ao Barão. Assim, Rio Branco seria juntado ao ‘modelo’ de Cortesão não apenas como o continuador da obra pan-americana de Alexandre de Gusmão e como o finalizador da formação territorial, mas como o endossante da recém-fundada História da Cartografia brasileira, afinal, segundo Jaime Cortesão:

[...] o Barão do Rio Branco usou largamente da ilustração cartográfica, e tão largamente, que pode com os seus Atlas e estudos, lançar as bases da história da cartografia do Brasil.

A mesma preparação e visão geopolítica lhe aconselhava ponderar os problemas, não apenas dentro das conveniências brasileiras, mas no conceito mais vasto das necessidades vitais de outras nações e, por consequência dentro da consciência americana.

[...] a razão era a qualidade mestra do Barão. A razão serena e clara que tudo vê, tudo mede e tudo pesa. Tudo que é visível e mensurável. Porque ao lado dessa razão, ele possuía a previsão intuitiva, que chega até onde a razão não vai e enxerga as possibilidades da consciência coletiva, permitindo assim julgar da oportunidade de certos atos e decisões (CORTESÃO, 1945).

Assim, depois de formatar a formação política do Brasil, de impressionar a história e a geografia do Brasil ao ponto de nem mais sabermos juntar à sua autoria as contribuições que dispôs, de preparar inúmeros seguidores, dentre eles Max Guedes e Isa Adonias, que o tornaria reconhecido como o “sábio-poeta”, Jaime Cortesão fabricava para o Instituto Rio Branco outro ‘modelo’, o ‘Barão’:

Há que se ligar a história da cartografia à história da política em geral e então os meus discípulos verão e verão constantemente através de um livro de imagens aparecer pouco a pouco a história do Brasil, e toda a epopeia da sua ocupação. Depois surgiram as capitanias em meio de tribos primitivas; logo apareceram as primeiras metrópoles; e a marcha do Brasil na ocupação do território. Ergueu-se pouco a pouco a ossatura do gigante. E para terminar, eu quero fazer um voto: é que o aluno número um que eu sou, ao terminar o curso, seja igualado no estudo por todos os outros. Eles têm sobre mim uma vantagem: podem dar a competência que adquiriram. Dentro da história do Ministério há um padrão admirável, um protótipo – o Barão do Rio Branco – Eu prepararei a flecha e depois passa-la-ei a outras mãos válidas e moças, para que elas desfechem o tiro, para que possam acertar no alvo, que eu depois não posso atingir (CORTESÃO Apud OLIVEIRA, 2010a: 6-7).

Faltou apenas o sábio-poeta dizer que sua flecha fora disparada por um poderoso arco: a História da Cartografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A MANHÃ. 'Alexandre de Gusmão - o genial precursor do pan-americanismo científico'. 10/05/1942a.
- A MANHÃ. 'Alexandre de Gusmão, o precursor do pan-americanismo e da geopolítica brasileira'. 12/05/1942b.
- CORTESÃO, Jaime. Apontamentos do curso de História da Cartografia no Brasil (séculos XVI a XVIII) e Mapoteconomia, 1944. Arquivo Nacional.
- CORTESÃO, Jaime. Curso de História da Cartografia Política do Brasil. Instituto Rio Branco, 1945. Arquivo Nacional.
- BAIÃO, Antônio (et alli) História da expansão portuguesa no mundo. Vol. III Lisboa: Ática, 1942.
- CORTESÃO, Jaime. Apontamentos do curso de História da Cartografia no Brasil (séculos XVI a XVIII) e Mapoteconomia, 1944. Biblioteca da Marinha.
- CORTESÃO, Jaime. A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil, Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922.
- CHEIBUB, Zairo Borges. "Diplomacia e construção institucional: O Itamaraty em uma perspectiva histórica." *Pensamiento Iberoamericano: Revista de Economía Política* (Madri), 6 (Jul-Dez 1984): 113-131.
- EDNEY, Matthew H. "Putting 'Cartography' into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the creation of a discipline." In Critical Geographies: A Collection of Readings, Bauder, Harald & Mauro, Salvatore Engel-Di. 711-728. Kelowna: Praxis (e) Press, 2008.
- EDNEY, Matthew H. "Reflection Essay: Progress and the nature of Cartography." In Classics in Cartography: Reflections on influential articles from Cartographica, Dodge, Martin. 352-366. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- EDNEY, Matthew. "Cartography and Power: The "Post-structuralist Turn,"1982-1991." *Cartographica* 40, 1/2 (2005): 85-111.
- EDNEY, Matthew. "Cartography without Progress: Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking." Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization 30, 2 & 3 (Summer/Autumn 1993): 54-68.

FRANCHETTI, Paulo. "Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português." *Convergência Lusíada - Brasil E Portugal: 500 Anos De Desenlace* (Rio de Janeiro) 2, 18 (2001): 263-273.

JORNAL DO BRASIL. 'Conferência'. 1943/08/25.

MACHADO, Mônica Sampaio. "Mesa Redonda: Geografia e História visões sobre o Brasil no mundo." *Investigaciones Geograficas, Boletín* 72 (2010): 172-177.

MOSER, H. Robert. "The history of cartography in Brazil in the 1940s: Jaime Cortesão's Lecture Courses." *Imago Mundi* 57, 1 (2005): 70-74.

MOSER, Robert H. "O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia do Brasil." *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa), 6 (2000): 237-262.

MRE. *Actas da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geographia, constituída em virtude do Convênio com a República Argentina, assinado no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1935. Junho de 1936. Arquivo Histórico do Itamaraty, 135 1 12 e 135 1 13.*

OLIVEIRA, Francisco Roque de, (Coord.). Leitores de Mapas: Dois séculos de história da cartografia em Portugal. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. "Jaime Cortesão, cartógrafo no Brasil. Gênese e conteúdo dos cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial Brasileira leccionados no Itamaraty (1944-1950)." In Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX, Oliveira, Francisco Roque de & Vargas, Héctor Mendoza. 69-106. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2010a.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. "História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944." Comunicação apresentada ao 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia - Agendas para a História da Cartografia Ibero-americana. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), abril de 2010b.

PEIXOTO, Renato Amado. 'Enformando a Nação' In. Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN, 2011a, p. 11-48.

PEIXOTO, Renato Amado. 'Espaços Imaginários' In. Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN, 2011b, p. 157-176.

PEIXOTO, Renato Amado. 'Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia'. REVISTA PORTO, v. 1, p. 111-126, 2011c.